

O trabalho de campo como instrumento de combate ao racismo no contexto neoliberal

Autores: Prof. Dr. Denilson Araújo de Oliveira¹, Prof. Simone Antunes Ferreira², Jonathan Costa Falcão³, Gabriela Oliveira Araujo Silva⁴, Gislane Neves de Almeida⁵, Lucas Venancio dos Santos Ferreira⁶, Fabiano Oliveira dos Santos⁷ e Caio Camilo da Silva⁸

¹ UERJ/Maracanã – NEGRA, araujo.denilson@gmail.com, ² Prof Simone – NEGRA simonegeouerj@gmail.com, ³ UERJ/Maracanã – NEGRA jonathan.c.falcao@gmail.com, ⁴ UERJ/FEBF – NEGRA 13gabrielaaraujo@gmail.com, ⁵ UERJ/Maracanã – NEGRA gislanelwalker11@gmail.com, ⁶ UERJ/Maracanã – NEGRA l.venancio.academico@gmail.com, ⁷ UERJ/Maracanã – NEGRA fabianortt@gmail.com, ⁸ UERJ/FFP – NEGRA, caiocamilogeo22@outlook.com

Resumo

Este artigo analisa o trabalho de campo como instrumento de combate ao racismo, através de roteiros como o da “Pequena África” no centro do Rio de Janeiro. Serão discutidos os impactos de como o racismo se espacializa, e através de signos e símbolos como o racismo se inscreve no espaço. Iniciamos nossos percursos pela “Pequena África”, lugar habitado por negros escravizados e assim denominado por Heitor dos Prazeres, à zona portuária do Rio de Janeiro, mais especificamente começando pelo Museu de História e da Cultura Afro-Brasileira (MUHCAB) indo até a região da Pedra do Sal e Largo de São Francisco da Prainha. Nesse sentido, discutiremos a valorização, permanência e vitalidade da presença negra. Desse modo iremos trazer uma metodologia teórica de Roberto Lobato Corrêa e uma metodologia temática de Charles W. Mills, além disso disputas cartográficas e tensões que também embasam uma luta política, econômica e geográfica sobre a região.

Palavras-chave: Geografia; Trabalho de campo; Pequena África; Educação antirracista

Abstract

This article analyzes fieldwork as an instrument to combat racism, through itineraries such as the “*Little Africa*” in downtown Rio de Janeiro. We discuss the impacts of how racism is spatialized, and through signs and symbols how racism is inscribed in space. We begin our journey through “Pequena África”, a place inhabited by enslaved black people and named by Heitor dos Prazeres for the port area of Rio de Janeiro, more specifically starting at the Museum of Afro-Brazilian History and Culture (MUHCAB) and going to the Pedra do Sal region. In this sense, we will discuss the valorization, permanence and vitality of the black presence. We aim to bring a theoretical methodology, from Roberto Lobato Corrêa and a thematic methodology from Charles W. Mills, in addition to cartographic disputes and tensions that also underpin a political, economic and geographical struggle over the region.

Keywords: Geography; Fieldwork; Little Africa; Anti-racist education

1. Introdução

O objetivo do presente artigo é analisar e consolidar um itinerário de campo proposto pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa em Geografia Regional da África e Diáspora (NEGRA) sobre a região da Pequena África do Rio de Janeiro, explorando suas dinâmicas territoriais, culturais e históricas a partir de uma perspectiva geográfica. Inspirando-se nas contribuições teóricas de Milton Santos e Roberto Lobato Corrêa, mas sem se limitar a esses autores, busca-se compreender as relações espaciais que estruturam a territorialidade negra ancestral na região portuária carioca, enfatizando como memória, resistência/reexistência e identidade se manifestam na paisagem urbana.

A proposta central é desenvolver um itinerário específico de pesquisa de campo que permita a interpretação dos espaços negros a partir de suas estruturas, processos, funções e formas, conjugadas com as categorias de herança, memória, projeto, inscrição e trajetória. Essa abordagem multiescalar e multitemporal visa não apenas revelar as camadas históricas que conformam a Pequena África, mas também destacar as estratégias de luta e permanência das comunidades negras no território ao longo do tempo.

Além da análise acadêmica, este estudo pretende contribuir para a instrumentalização da geografia como uma ferramenta emancipatória, evidenciando e contestando as lógicas de dominação que moldam o espaço urbano. Nesse sentido, a proposta dialoga diretamente com a Lei 10.639/03,¹ que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas.

Ao produzir um itinerário de campo agenciado e protagonizado por personalidades e territórios afrobrasileiros, busca-se fornecer subsídios que possam ser utilizados como ferramenta didática no ensino de geografia e história, promovendo uma educação antirracista e valorizando o protagonismo negro na construção do espaço urbano carioca e também brasileiro. Ao integrar teoria, prática e educação, este trabalho visa não apenas ampliar a compreensão acadêmica sobre as territorialidades negras, mas também fortalecer iniciativas pedagógicas que contribuam para o cumprimento da Lei 10.639/03, garantindo que o reconhecimento e a valorização da cultura afrobrasileira sejam incorporados de maneira concreta e efetiva no ambiente escolar.

2. Metodologia

Através do artigo “*O interesse do geógrafo pelo tempo*” do geógrafo Roberto Lobato Corrêa, de debates internos em reuniões do NEGRA, de trabalhos de campo na região da Pequena África do Rio de Janeiro e de relatórios de campo extraímos a metodologia a ser utilizada relacionando a organização do espaço e suas

¹ A Lei 10.639/03, sancionada em 09 de janeiro de 2003, alterou a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) ao tornar obrigatório o ensino de história e cultura afrobrasileira em escolas públicas e particulares de ensino fundamental e médio, sua finalidade é reconhecer e valorizar a constituição da sociedade brasileira através das contribuições dos povos africanos, combater o racismo e promover a diversidade cultural.

temporalidades a cinco perspectivas, sendo elas: herança, memória, projeto, inscrição e trajetória.

Cada perspectiva acima citada e ofertadas no artigo direcionam a construção do olhar geográfico para as dinâmicas sociais que constituem a materialização do tempo no espaço e a partir da análise de cada perspetiva encontramos fragmentos do passado que moldam o presente e reestruturam histórias, com isso podemos entender as perspectivas das seguintes formas:

- Herança: legado ancestral que, apesar de enfrentar mudanças sociais, políticas e econômicas continua influenciando através de infraestruturas e padrões espaciais a atualidade;
- Memória: lembranças coletivas e individuais que constituem significado e identidade espacial;
- Projeto: planejamentos e estratégias de intervenção no espaço que podem ter sido concluídas ou apenas esboçadas, levando a análise de como é e de como poderia ser determinado local;
- Inscrição: materialização de eventos e signos no espaço que geram marcas territoriais e transformação da paisagem;
- Trajetória: percurso histórico de determinado local, incluindo mudanças e fatores que influenciam seu desenvolvimento com o decorrer do tempo.

Após a leitura do artigo, os trabalhos de campo foram fundamentais para aplicação das perspectivas às paisagens da cidade e, assim, compreender as dinâmicas temporais presentes no espaço de forma crítica, pensando em projetos de luta e resistência do povo negro e do Movimento Negro que se segue contra o apagamento das memórias e heranças e na luta antirracista. Com o passar dos anos e a imposição intensa a modernidade, a transformação dos espaços de horror, do lugar de negro (Lélia Gonzales) são tomados pelo eixo das sucessividades (Milton Santos) dominada por uma sociedade normativa e racista que insiste em ceifar inscrições e trajetórias do periodo da escravização que remetem a re-existência e que se apresentam, hoje, de forma invisibilizada sendo um longo percurso de luta social para reivindicar direitos à herança, memória e dignidade.

3. Resultados e Discussão

Diante do exposto e a fim de atender nosso objetivo, o roteiro de campo que compreende a região da pequena África no centro da cidade do Rio de Janeiro realizado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa em Geografia Regional da África e Diáspora (NEGRA), compreende os seguintes pontos: 0 – Museu da História e da Cultura Afro-brasileira (MUHCAB), 1 – Instituto Pretos Novos “(IPN)”, 2 – Cais da Imperatriz ou Cais do Valongo, 3 – Quilombo Pedra do Sal e 4 – Largo de São Francisco da Prainha. Estes pontos partem do bairro da Gamboa até o bairro da Saúde, de forma que é possível observar um complexo espacial cuja presença negra formatou, ajudando a construir a cidade do Rio de Janeiro a partir de suas vivências e conhecimentos. As formas espaciais reconhecidas nesse itinerário se inscrevem no território através de disputas espaciais entre o “moderno” e o “antigo”, o qual tentam a todo custo apagar a marca negra no espaço carioca.

Iniciando no MUHCAB, começamos a discussão do campo da Pequena África abordando o assunto da diáspora africana, onde é aberto um diálogo entre a História e a Geografia para debater como se deu todo o processo de sequestro de seres humanos vindo de África, considerando todas as formas de violência, sejam elas físicas ou psicológicas, bem como de onde estes grupos humanos partiram de África e suas formas de resistência ao projeto escravagista, como feito pela rainha Njinga Mbandi, líder do reino de Ndongo e Matamba, no sudeste da África, que resistiu a todas as investidas européias em seu território e sendo vitoriosa em todas.

Outro ponto interessante é o diálogo possível com o artista Jason DeCaires, cuja obra se manifesta através de estátuas espalhadas nos oceanos de todo planeta. Este diálogo surge pois o oceano atlântico, rota de mais de 40.000 viagens de navios negreiros, é também conhecido como *Grande Kalunga* ou grande cemitério, pois os corpos negros, vistos como mercadoria, eram constantemente assassinados e jogados ao mar, sem direito a um enterro digno. Apesar de não ter sido a ideia do artista, grupos do Movimento Negro reinterpretaram suas obras a partir de uma perspectiva onde as estátuas representam um enterro simbólico destes que foram retirados da vida pelo colonialismo. E, como o colonialismo, dentre outros males, também quis provocar o esquecimento destes corpos, estas estátuas

ganham o significado de enterro do próprio colonialismo, uma vez que a memória dos que se foram durante o período escravagista se mantém viva.

– IPN

Seguindo o percurso da “pequena África” chegamos no Instituto Pretos Novos (IPN), O memorial é o segundo “cemitério” de escravizados, funcionara antes no Largo de Santa Rita, em plena cidade, próximo de onde também se localizava o mercado de escravizados recém-chegados, o “cemitério” destinava o “sepultamento” dos escravizados que morriam após a entrada dos navios na Baía de Guanabara e funcionou de 1772 a 1830 (vale destacar que os corpos negros não eram sepultados em covas individuais e nem em sua morte o corpo preto recebia dignidade, tratados de forma não-humana e jogados como lixo em aterros). Hoje, o IPN, em seu acervo afro-centrado como memória de horror e brutalidade dessa época, repleto de artes, arquivos e signos com temática relacionada às questões étnico-raciais promovendo com o conhecimento que temos do passado, também promove ações e atividades culturais. O instituto é um ponto fundamental do nosso percurso trazendo uma ressignificação e refuncionalidade do espaço antes de horror, hoje de herança para a comunidade.

– CAIS DO VALONGO

Na sequência do trajeto que realizamos no trabalho de campo, chegamos no Cais do Valongo. Este ponto abarca uma série de discussões de suma importância quando tratamos do passado do Brasil e da construção de um projeto de país fundamentado sob uma ótica racista. Em 1811, o Cais do Valongo foi construído em uma zona periférica da cidade do Rio de Janeiro, para o recebimento de escravizados vindos de África. O comércio de pessoas oriundo de seu sequestro por europeus ocorreu onde hoje chamamos de Praça XV e foi transferido para onde hoje é o bairro da saúde, pois a elite local à época não via com bons olhos os corpos nus

dos escravizados. Damos uma ênfase especial ao fato de que o escândalo da elite carioca não era com a escravização em si, mas apenas aos corpos adoecidos por conta da viagem nos navios negreiros e despidos de roupas que estavam ao alcance de suas vidas.

Após sua construção e ao longo dos anos após sua inauguração, o Cais do Valongo tornou-se ponto central no transporte e recebimento de escravizados. Estima-se que cerca de 1 milhão de seres humanos passaram por este cais a partir da dinâmica da escravização. Nesse sentido, vale ressaltar que não apenas os seus corpos foram trazidos para cá, mas também suas ideias, mentes, sistemas de comunicação e suas concepções de mundo. Assim, a partir da obra Valongo: Cais de Ancestralidade do premiado cenógrafo Cachalote Mattos que atualmente fica exposta no Sítio Arqueológico Cais do Valongo, bem como a arte que representa a Dikenga (cosmograma que representa a concepção espiralar de tempo dos povos Bakongo) é possível criar alguns paralelos quanto à forma de se observar o tempo dentro de uma lógica espacial. Para os europeus, o tempo é linear e sempre existe uma busca pela modernidade em detrimento do que é considerado velho. Milton Santos no texto “Espaço e Método” nos traz a ideia de “Eixo das Sucessividades” que é possível observar no espaço momento do tempo que vão sendo apagados, dando lugar a outras formas mais modernas.

A história nos mostra que esta forma linear de conceber o tempo é capaz de criar um espaço onde as marcas negras tendem a ser apagadas e escondidas no espaço geográfico. Diante disto, a obra de arte supramencionada nos remete a uma concepção de tempo espiralar, onde começo e fim se encontram em um movimento onde a ancestralidade também faz parte da construção do espaço. Assim, com a vinda de pessoas negras para o Rio de Janeiro - que trouxeram junto de seus corpos as suas ideias de mundo - foi capaz de construir espacialidades cujas formas ainda estão presentes no território em disputa do centro da cidade. O quilombo urbano Pedra do Sal é um bom exemplo destas (geo)grafias espaciais que ainda

resistem a lógica do “progresso linear”, apesar de também estar em constante disputa por seu uso dentro do espaço da cidade.

– PEDRA DO SAL

A Pedra do Sal se encaixa no itinerário de campo por sua importância histórica, cultural e política na constituição da memória afro brasileira e da resistência negra no Rio de Janeiro, principalmente por ter se consolidado como um território quilombola urbano, um espaço de sociabilidade negra e um símbolo das disputas pelo direito à cidade e à memória. Desde o período colonial, a Pedra do Sal foi ponto de convergência de africanos escravizados e libertos que trabalhavam no porto e nas atividades comerciais da região. A proximidade com o Cais do Valongo, principal ponto de desembarque do tráfico negreiro nas Américas, reforça seu papel na constituição de uma comunidade negra que, mesmo em meio às adversidades impostas pela escravidão, desenvolveu formas de resistência cultural, econômica e religiosa. Com a abolição da escravidão, a região da Pedra do Sal se tornou um importante reduto de trabalhadores negros, que ali organizaram as primeiras formas de sindicalismo no Brasil e foram protagonistas na formação do samba carioca.

No entanto, a história da Pedra do Sal não se limita ao passado. O território quilombola, reconhecido oficialmente pela Fundação Cultural Palmares em 2005, continua sendo palco de disputas contemporâneas que refletem as contradições do modelo neoliberal de gestão urbana. O avanço de projetos de revitalização portuária, como o Porto Maravilha, impulsionou processos de gentrificação que ameaçam a permanência dos quilombolas e o reconhecimento de seu direito à terra. A luta da Associação de Resistência Quilombola da Pedra do Sal (ARQPEDRA) para garantir a titulação do território evidencia a continuidade das desigualdades raciais e da marginalização da população negra nos centros urbanos.

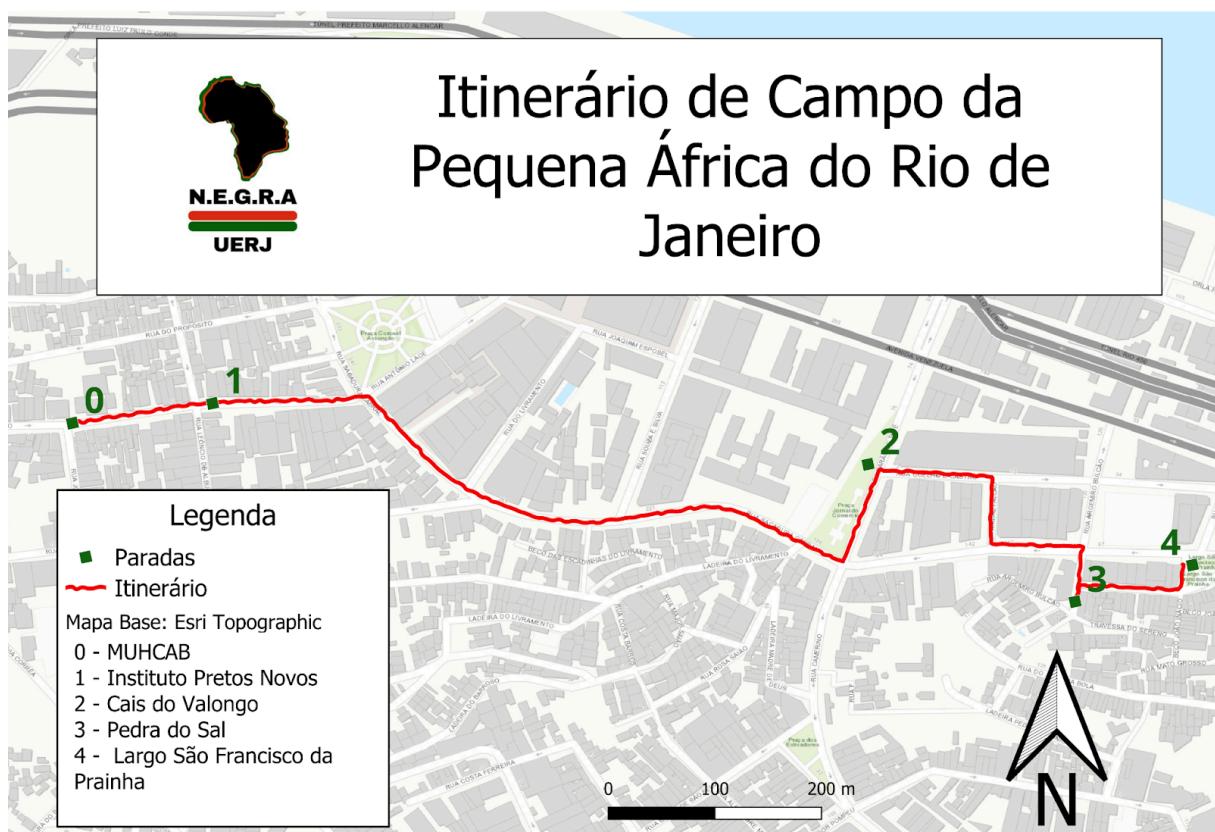
– LARGO DE SÃO FRANCISCO DA PRAINHA

O Largo de São Francisco da Prainha é popularmente conhecido como Largo da Prainha e se localiza no bairro Saúde no Rio de Janeiro, antigamente, naquela região existia uma pequena praia chamada de Prainha, mas devido a sucessivos aterros que ocorreram na cidade durante a reforma urbana de Pereira Passos a praia perdeu seu espaço para a ampliação da cidade, o largo também recebeu esse nome por estar localizado próximo a Igreja de São Francisco da Prainha.

Em meio às transformações urbanas que se sucederam na cidade do Rio de Janeiro se formou um contexto de grande valor histórico no Largo de São Francisco da Prainha: a Pequena África. As inscrições na paisagem marcam nos dias de hoje a herança e memória negra ali presente, ao lado do Quilombo Pedra do Sal, acompanhamos resistência e luta, mas também a construção do espaço de acolhimento, lazer e cultura como os zungus, o samba, a reafirmação das religiões de matriz africana e personalidades fundamentais para cultura e re-existência negra como Tia Ciata, Donga, João da Baiana, Heitor dos Prazeres, entre outros.

Sendo homenageada no centro do Largo de São Francisco da Prainha, Mercedes Baptista, a primeira bailarina negra do Theatro Municipal do Rio de Janeiro. No início do século XX, Mercedes Baptista, através de um concurso, ingressou no corpo de bailarinos do Theatro Municipal do Rio de Janeiro, e mesmo sem conseguir papéis de destaque, devido ao racismo que enfrentou, não desistiu. Se especializou nos Estados Unidos onde conseguiu uma bolsa de estudos com a matriarca da dança negra norte-americana, Katherine Dunham, e, ao voltar, fundou a primeira escola de dança afro-brasileira do Rio. Além disso, ela foi pioneira na criação das primeiras alas coreografadas nas escolas de samba. Sua trajetória grandiosa, agora está eternizada por meio de uma estátua no Largo da Prainha.

Figura I – Mapa do Itinerário de Campo da Pequena África do Rio de Janeiro desenvolvido pelo NEGRA.



Fonte: NEGRA/UERJ

Aparato Conceitual

Colonialidade e O contrato racial

A obra publicada por Charles W. Mills é uma subversão da ideia do Contrato Social formulada pelos iluministas, um pacto acordado entre os indivíduos, formando uma sociedade civil e consolidando o Estado enquanto uma instituição de poder e ordem subordinada à sociedade.

Charles W. Mills revela que esse “contrato” que fundamenta as sociedades capitalistas é centrado em uma ideologia, desenvolvida por homens brancos europeus, que divide os seres humanos em raças e se coloca enquanto a suprema. Significa também que o Estado surge e se mantém no papel de garantir a manutenção dessa supremacia, sendo um aparelho subordinado não à sociedade civil, mas à classe dominante (Althusser, 1970). Alguns exemplos de instrumentos

reprodutores da ideologia dominante são o Estado, a Igreja, a Escola, a Família e o Exército, juntos, esses instrumentos viabilizaram a instituição de um projeto de dominação racial pautado na exploração e no extermínio de corpos racializados que estruturou todo o “mundo” ocidentalizado.

A consciência desse pacto da branquitude (BENTO, Cida, 2022) é fundamental para a compreensão de como a lógica escravocrata construiu a cidade do Rio de Janeiro e segue materializada na paisagem, reproduzindo constantemente as ideais de superioridade racial. Nas palavras de Césaire (1955. p. 22 - 24):

“[...] a colonização, repito, desumaniza até o homem mais civilizado; que a ação colonial, o empreendimento colonial, a conquista colonial fundada no desprezo pelo homem nativo e justificada por esse desprezo, inevitavelmente tende a modificar a pessoa que o empreende; que o colonizador, ao acostumar-se a ver o outro como animal, ao treinar-se para tratá-lo como um animal, tende objetivamente, para tirar o peso da consciência, a se transformar, ele próprio, em animal.

[...] Entre colonizador e colonizado, só há espaço para o trabalho forçado, a intimidação, a pressão, a polícia, os impostos, o roubo, o estupro, a imposição cultural, o desprezo, a desconfiança, o necrotério, a presunção, a grosseria, as elites descerebradas, as massas aviltadas.

Nenhum contato humano, porém relações de dominação e submissão, que transformam o homem colonizador em peão, em capataz, em carcereiro, em açoite, e o homem nativo em instrumento de produção.”

O autor demonstra como a construção do projeto de dominação racial de fato corroeu até a raiz de todas as sociedades que “tocou”, tanto os colonizadores como colonizados, garantindo a reprodução da ideologia de superioridade racial a partir da materialização da mesma nas formas espaciais racistas dos centros urbanos. Formas essas que seguem cumprindo seu papel da manutenção do Pacto Racial, forçando o mundo contemporâneo a herdar e transformar a lógica de desumanização das sociedades escravocratas, o que Césaire sintetiza como “colonialidade”, o autor continua:

“Cada dia que passa, cada negação da justiça, cada blitz policial, cada manifestação operária afogada em sangue, cada escândalo abafado, cada expedição punitiva, cada viatura, cada policial e cada milícia nos fazem sentir o preço de nossas antigas sociedades. Eram sociedades comunitárias, nunca de todos para alguns. Não eram apenas sociedades antecapitalistas, como foi dito, mas também sociedades anticapitalistas.”

A realização de trabalhos de campos que atravessam áreas marcadas pela presença de culturas negras nos permitem não só identificar na paisagem elementos e formas que remontam os processos de exploração e apagamento dessas populações, mas também preservar a memória e avançar na construção de um projeto que rompa de vez com a lógica capitalista de exploração e desumanização. Césaire (1955. p. 38) encerra:

"[...] Não é uma sociedade morta que queremos reviver. Deixemos isso para os amantes do exotismo. Tampouco é a atual sociedade colonial que queremos prolongar, a mais podre que já apodreceu a sol. É uma nova sociedade de que precisamos, com a ajuda de todos os nossos irmãos escravos, para criar, rica com todo o poder produtivo moderno, acolhedora como toda a fraternidade antiga."

4. Conclusão

A Pequena África é um verdadeiro mergulho na ancestralidade e cultura afro-brasileira. Com espaços de grande valor histórico e social, os locais são um símbolo do afroturismo, que não só destaca o legado cultural afrobrasileiro, mas também oferece ao visitante a chance de compreender a importância de reconhecer e valorizar as narrativas negras no contexto da história do Brasil. Trata-se de uma localidade afirmada como um território negro por inúmeras lideranças e agentes culturais que ali trazem à tona memórias de importantes personalidades negras de tempos passados, buscando uma continuidade entre passado e presente. Apesar dessa rica história, a herança africana do Rio e a longa história da escravidão são muitas vezes negligenciadas/ “abafadas”. Mesmo com a renovação da Região Portuária com o Porto Maravilha e da criação de um Circuito de Herança Africana, a história negra dos locais permanece amplamente desconhecida/ “invisibilizada”.

5. Referências

ALTHUSSER, L. Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2022.

BENTO, Cida. O pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CORRÊA, Roberto Lobato. O interesse do geógrafo pelo tempo. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, v. 94, p. 1-11, 2016.

MILLS, Charles W. O contrato racial. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

SANTOS, Milton. Estrutura, Processo, Função e Forma como Categorias do Método Geográfico. In: Espaço e Método. São Paulo: Edusp.

BRAGA, Damião. Uma palavra da comunidade Pedra do Sal. In: Comunidade Quilombo Pedra do Sal. Belo Horizonte: FAFICH, 2016. Disponível em:

<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/pedra_do_sal.pdf>. Acesso em 21 jan. 2025.

CÉSAIRE, Aimé. In: DISCURSOS sobre o Colonialismo. Paris: Présence Africaine Editions, 1955. p. 23-38.

CORRÊA, Maíra Leal. Comunidade Quilombo Pedra do Sal. Belo Horizonte: FAFICH, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/pedra_do_sal.pdf>. Acesso em 21 jan. 2025.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. Revista USP, São Paulo, n. 28, p. 56-63, fev. 1996. Disponível em: <<https://revistas.usp.br/revusp/article/view/28364>>. Acesso em: 21 jan. 2025.

PEREIRA, J. À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond/ Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2007.

OLIVEIRA, D. A. “Nossos mortos têm voz”: descolonização e luta espacial antirracista na Pequena África. In: GIANNELLA, Letícia & Monteiro, João Carlos. Zona portuária do Rio de Janeiro: múltiplos olhares sobre um espaço em mutação. Rio de Janeiro: Consequência, 2022.